

HABEAS CORPUS Nº 502.195 - SP (2019/0093915-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEONARDO NASCIMENTO DE PAULA - SP0320176

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PACIENTE : CLAUDEMIR COELHO DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Claudemir Coelho da Silva** – condenado, porque incurso na conduta do art. 157, § 2º, I, II e IV, do Código Penal, à pena de 6 anos, 6 meses e 12 dias de reclusão, em regime inicial fechado –, em que se aponta como autoridade coatora a Nona Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação criminal n. 0058435-21.2017.8.26.0050/SP), a qual, ao manter a condenação do paciente, explicitou que o delito foi praticado com *emprego de arma de fogo, como elemento de coação das vítimas e redução da resistência. Além disso, quatro indivíduos foram responsáveis pela empreitada criminosa, sendo que CLAUDEMIR seu comparsa R ficaram responsáveis pela transferência das mercadorias roubadas enquanto outros dois indivíduos, não identificados, restringiram a liberdade das vítimas por tempo de quatro horas* (fl. 87).

Esta, a ementa do acórdão impugnado (fl. 74):

APELAÇÃO CRIMINAL. Roubo majorado. Concurso de pessoas. Emprego de arma de fogo. Restrição da liberdade das vítimas. Sentença condenatória. Defesa pleiteia a absolvição por insuficiência probatória. Subsidiariamente, pede a desclassificação para receptação, a fixação da pena-base no mínimo legal, o afastamento das causas de aumento do emprego da arma de fogo e da restrição da liberdade das vítimas, e a aplicação do regime inicial semiaberto Impossibilidade. Autoria e materialidade suficientemente demonstradas. Comprovada a participação do réu no roubo especificado na denúncia. Causas de aumento devidamente caracterizadas. Dispensável a apreensão da arma. Vítimas ficaram em poder do réu e de seus comparsas por período considerável de tempo. Dosimetria inalterada. Circunstâncias concretas do caso justificam a fixação das basilares acima do mínimo legal. Mantido o regime inicial fechado. Recurso improvido.

Daí a presente impetração, em que se alega constrangimento ilegal consistente na exasperação da pena, sem fundamentação idônea para tanto (fls. 3/20).

Aduz-se que, *quanto aos supostos maus antecedentes, verifica-se que se cuidam de condenações demasiadamente antigas, já alcançadas pelo período depurador que versa o art. 64, inciso I, do Código Penal, não podendo mais ser utilizadas em desfavor do réu, sob qualquer fundamento, maus antecedentes ou reincidência* (fl. 10).

Alega-se que não há laudo pericial e, conseqüentemente, deve-se afastar a majorante do emprego da arma de fogo (fls. 3/20).

Afirma-se que foi *indevido o aumento da pena em razão de número de majorantes e a ofensa à Súmula 443/STJ* (fl. 15).

Postula-se, liminarmente no mérito, a concessão liminar da ordem para que seja reduzida a pena-base e o abrandamento do regime inicial de cumprimento de pena (fls. 3/20).

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto o alegado constrangimento não se apresenta com a nitidez imprimida na inicial em razão das circunstâncias do caso em concreto, isto é, o Juízo singular aumentou a pena-base ao fundamento da restrição da liberdade da vítima (por 4 horas), de estar o paciente respondendo a outro processo e pelo fato de não ter demonstrado arrependimento (fls. 35/42).

Neste juízo prelibatório, da leitura da sentença condenatória, **não** verifiquei o *fumus boni iuris* indispensável à concessão da tutela de urgência, sobretudo porque a dosimetria da pena *se insere dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade* (HC n. 467.028/SC, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 15/10/2018).

Inclusive, o Magistrado de primeira instância destacou haver sido comprovada, por outros meios, a utilização da arma de fogo apreendida. A simples ausência do laudo pericial, no caso, não é suficiente para afastar a majorante do art. 157, § 2º, I, do Código Penal (AgRg no REsp n. 1.615.050/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 15/12/2017).

Ademais, a motivação que ampara o pedido liminar se confunde com o próprio mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da 25ª Vara Criminal da comarca de São Paulo/SP e à autoridade apontada como coatora, particularmente, acerca da situação atual do paciente.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator